



Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 340 /GP

Brasília, 30 de novembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em Sessão Administrativa realizada em 29 de novembro deste ano, indicou para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019, conforme disposto no inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, o Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, lotado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Encaminho para apreciação a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal 7, de 27 de abril de 2005 e pelo Ato 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Carmen Lúcia
Ministra **CARMEN LÚCIA**
Presidente

Recebido em 15 / 12 / 2017
Hora: 15 : 03

Diogo Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29951 SLSF/SGM

CURRICULUM VITAE

VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO
Juiz Federal (Seção Judiciária do Rio de Janeiro)

Vaga para CNMP por indicação do STF

Dados Pessoais

Data de Nascimento: 19/01/1976
Telefone: (021) 99889-3355
E-mail: vsaraujo19@gmail.com

Formação Acadêmica

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Kurzzeitstudium (KZS) pela Faculdade de Direito da **Universidade Ruprecht-Karls de Heidelberg** na Alemanha

Superior Completo:

Curso: Direito
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Conclusão em: jan./1999

Ensino Médio e Fundamental:

Colégio São Vicente de Paulo - conclusão em 1993
Intercâmbio de 1 ano durante o Ensino Médio – Pflugerville, Texas, EUA, 92/93

Idiomas

Inglês - Curso Oxford. Certificado: **Proficiency de Michigan**.
Concluído em julho de 1994

Alemão - Instituto Goethe - ICBA. Certificados: ZDAF e ZMP.
Concluído em julho de 1997.

Espanhol - CCAA. Certificado: Instituto Cervantes. Madri, Espanha.
Concluído em dezembro de 1996.

Francês – Básico.

Conhecimentos em Informática

Sistema Operacional Windows e Pacote Office (Word, Excel, Powerpoint).



Experiência Profissional

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Juiz Federal Titular desde abr./2006.

Ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – indicação do Supremo Tribunal Federal. Nomeado pela Presidente da República Dilma Rousseff por Decreto publicado em 19/10/2015. Posse e exercício em 10/11/2015. Mandato de 2015-2017.

Ex-Juiz Auxiliar junto ao Gabinete do Ministro Luiz Fux no Tribunal Superior Eleitoral em Brasília – de novembro de 2014 a novembro de 2015.

Ex-Juiz Auxiliar junto ao Gabinete do Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal em Brasília – de 03/04/2013 até novembro de 2014.

Ex-Juiz Instrutor junto ao gabinete do Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal em Brasília – de 04/03/2011 a 03/3/2013.

Ex-Juiz Federal Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – mandato até janeiro de 2012 – suspenso desde 03/03/2011 em razão de convocação para atuação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Ex-Juiz Federal Supervisor da Seção de Capacitação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Juiz Federal Substituto de mar./2001 a abr./2006.

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na disciplina Direito Comercial – desde 19/08/2008.

Professor do programa de pós-graduação da Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT).

Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na disciplina Direito Comercial – desde 01/08/2005.

Docente na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – professor contratado de out/2003 a set/2004

Professor Palestrante do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

Docente na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) – professor desde fev./2004.

Ex-Docente na Pós-Graduação em Direito Público da Universidade Estácio de Sá – desde ago./2004

Ex-Docente na UniverCidade das disciplinas Direito Constitucional e Direito Administrativo – set./2003 a dez./2005.

Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) da disciplina Direito Administrativo II (6º Período) - no primeiro semestre de 2003.

Ex-Docente de Direito Administrativo no curso CEJ (para concursos públicos) – de set./2003 a set./2015.

Ex-Docente de Direito Administrativo no curso Foco (para concursos públicos) – de jun./2003 a jun./2008.

Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ da disciplina Direito Financeiro IV (10º Período) – no primeiro semestre de 2002.

Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro - Procurador do Estado do Rio de Janeiro de dez./2000 a mar./2001.

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS - Procurador Federal de fev./2000 a dez./00. Chefe da Seção de Consultoria da Procuradoria do INSS da Gerência Executiva de Taubaté.

Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) - Advogado do Setor Societário, de Contratos e Licitações de março a dezembro de 1999.

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro – Ministério Público Federal/RJ - Estagiário de Direito assessorando um Procurador da República de jan./1998 a jan./1999.

Ministério Público Estadual/RJ – Estagiário de Direito junto à Procuradoria-Geral de Justiça/RJ de nov./1997 a fev./1998.

Stüssi-Neves e Advogados - Estagiário de Direito Societário, Tributário, Civil e Comercial de jul./1996 a maio/1997.

Escritório Eliel de Mello, Gomes e Zoroastro S/C - Estagiário de Direito na área de Direito do Trabalho de mar./1996 – jul./1996.

Iniciação Científica - Projeto concluído sob a orientação do saudoso Prof. João Marcello de A. Júnior (Professor Titular de Direito Penal da UERJ). Título: Dos Crimes contra a Dignidade, Liberdade, Segurança e Higiene do Trabalho.

Concursos para Estágios em Direito

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro - Aprovado em 3º lugar no 8º Exame de Seleção de Estagiários - Outubro/97. Total 771 inscritos.

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - Aprovado no XXII Exame de Admissão de Estagiários.

Aprovações em Concursos Públicos

Aprovado em 2º lugar no concurso público para Professor Assistente de Direito Comercial da UERJ. Resultado em 16/03/2004.

Aprovado em 19º lugar no 7º Concurso Público do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para Juiz Federal Substituto.

Aprovado em 16º lugar no 12º Concurso Público para Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 9º lugar no Concurso para Procurador do INSS no Estado de São Paulo.

Aprovado em 4º lugar no concurso público nº 02/98 da Petrobrás Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) para o cargo de Advogado.

Aprovado no concurso público do BNDES de 1997 para o cargo de Advogado.

Entrevistas

Entrevista para o jornal O Globo. Título da notícia: Registros de feminicídio crescem 10% após tipificação do crime. Jornal O Globo. Seção País. Páginas 10 e 11. Dia 27/08/2017.

Entrevista para a Rádio Justiça. Tema: Projeto do CNMP sobre o Cadastro Nacional de Violência Doméstica e feminicídio. Título: Entrevista com o presidente da Enasp, Valter Shuenquener sobre a declaração conjunta assinada pela Delegação da União Europeia e a CNMP para enfrentar a violência doméstica contra a mulher. Entrevista concedida para a rádio no dia 18/08/2017. Duração: sete minutos.

Entrevista para a TV Assembleia do Ceará. Tema: Projeto do CNMP sobre feminicídio e o seu Combate pela Administração Pública. Entrevista concedida ao vivo para o jornal Assembleia no dia 10/05/2017.

Entrevista para o jornal Diário do Nordeste. Tema: MPCE diz que 35% dos feminicídios foram elucidados. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/mpce-diz-que-35-dos-feminicidios-foram-elucidados-1.1751753>>. Acesso em: 18 maio 2017.

Entrevista para o G1. Tema: Ceará tem 173 casos de feminicídio em 12 meses. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/ceara-tem-173-casos-de-feminicidio-em-12-meses.ghml>>. Acesso em: 18 maio 2017.

Entrevista para o Boletim Informativo da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Edição número 05/2017 – Brasília, maio de 2017. Entrevista concedida em: 12/05/2017. Entrevista feita por: Flávia Cristina de Oliveira Santos.

Entrevista para o site CONJUR. Enunciado do CNMP permite que órgão afaste incidência de lei inconstitucional. Entrevista de: 03/03/2017. Jornalista Felipe Luchete. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mar-04/enunciado-cnmp-permite-orgao-afaste-incidencia-lei>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

Entrevista para a Globo News. Jornal das 10. Tema: ENASP. Baixa elucidação de crimes no Brasil. O Elevado arquivamento de inquéritos. Divulgação por vídeo no dia 11/11/2016.

Entrevista para a revista Isto É. Toma lá dá cá. Divulgação na Revista Isto É. Entrevista de: 17/02/2016. Jornalista Débora Bergamasco. Disponível em: <https://istoe.com.br/447410_CENAS+DOS+PROXIMOS+CAPITULOS/>. Acesso em: 04 dez. 2017.

Entrevista para a revista Isto É. Título “Caça ao Mastodonte”. Divulgação na Revista Isto É. Data da publicação: 04/11/2015. Ano 38. Nº 2396. Fls. 22. Entrevista feita pela Jornalista Débora Bergamasco.

Entrevista na sabatina do Senado Federal. Requisito para ingresso no cargo de Conselheiro do CNMP. Tema: Tópicos relevantes do Direito Contemporâneo. Data do evento: 16/09/2015.

Entrevista concedida no programa da TV Bandeirantes intitulado “Resposta Habilidade”. Apresentadora jornalista Claudia Cataldi. Programa divulgado em 07/09/2013. Tema: Reforma do Poder Judiciário e celeridade da Justiça. Entrevista em conjunto com José Guilherme Vasi Werner. Duração de 30 minutos.

Revista Mural. Direito em Movimento. Setembro/2009. Título: “*Entre o Tudo e o Nada*”. Páginas 13-15.

Participação em Bancas de Concursos Públicos e prêmios

Participação na banca julgadora para o “Prêmio CNMP” - ano de 2016.

Participação na banca julgadora para o concurso de Professor Adjunto para a área de Direito Empresarial da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) - 05 a 08 de dezembro de 2011.

Participação na banca julgadora para o concurso de Professor Adjunto para a área de Direito Empresarial da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) - 29 a 30 de novembro de 2010.

Participação na banca julgadora para o concurso de Professor Assistente Dedicção Exclusiva de Direito Comercial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – dez./2010.

Participação em Projetos Sociais

Juiz Federal designado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região para atuar como um dos coordenadores da atuação da Justiça Federal na **Ação Global** realizada em 2010 na comunidade da Gamboa – Rio de Janeiro.

Livros e Artigos

Artigo com o título “Efeito carona nas licitações: posição favorável” - publicado no jornal Carta Forense. jun./2017, página B 20.

Artigo com o título “Feminicídio no Brasil. Uma estratégia nacional para combater a impunidade” – publicado na Revista Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: Editora JC, Edição 200, abr./2017, p. 38-43.



Artigo com o título “Uma contribuição do Direito Administrativo para o aprimoramento do ambiente de negócios no Brasil” - publicado no livro *Direito em Público. Homenagem ao Professor Paulo Braga Galvão*. Organizadores Sérgio Ferrari e José Vicente Mendonça. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2016, p. 463-479.

Artigo com o título “Uma contribuição do Direito Administrativo para o aprimoramento do ambiente de negócios no Brasil” – publicado na *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*. v. 2, n. 11. Rio de Janeiro: O Tribunal, 1º semestre (janeiro a junho) de 2016, p. 60-76.

Livro “O Princípio da Proteção da Confiança. Uma Nova Forma de Tutela do Cidadão Diante do Estado”. 2. ed. Editora Impetus, 2016.

Artigo com o título “Uma contribuição do Direito Administrativo para o aprimoramento do ambiente de negócios no Brasil” – publicado na *Revista Justiça e Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora JC, ed. 190, jun./2016, p. 56-61.

Artigo com o título “O Princípio da Proteção da Confiança e a Tutela dos Direitos Humanos. A Anistia aos Ilícitos do Período da Ditadura” - publicado no livro *“Estudos em Homenagem ao Professor Marcos Juruena Villela Souto”*, Coordenadores Sérgio Guerra e Celso Rodrigues Ferreira Júnior. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.793-822.

Artigo com o título “O direito de greve dos agentes públicos e o poder normativo da Justiça comum” - publicado na *Revista Justiça e Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora JC, 2015, p. 42-49.

Artigo com o título “Contraditório e Ampla Defesa no Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas. Uma análise de dois precedentes específicos do STF: RE nº 682.011 e MS nº 25.116” – publicado no livro *“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Temas Relevantes”*, Coordenadora Vilvana Damiani Zanellato. Porto Alegre-São Paulo: Verbo Jurídico, 2013, p.295-310.

Artigo com o título “O Princípio da Proteção da Confiança e a Tutela dos Direitos Humanos. A Anistia aos Ilícitos do Período da Ditadura” – publicado no livro *“Estudos de Direito Público e Filosofia do Direito. Um Diálogo entre Brasil e Alemanha”*, Coordenadores Ricardo Lobo Torres e Ana Paula Barbosa-Fohrmann. Rio-São Paulo-Recife-Curitiba: Renovar, 2011, p. 329-380.

Livro “O Princípio da Proteção da Confiança. Uma Nova Forma de Tutela do Cidadão Diante do Estado”. Editora Impetus, 2009.

Livro “As Novas Dimensões do Princípio da Soberania” – fruto da dissertação de mestrado para a obtenção do título de Mestre em Direito Público pela UERJ. Editora Impetus, 2016.

Artigo com o título “STF impede vulgarização da responsabilidade subsidiária da Administração Pública em relação a encargos trabalhista. A questão do Enunciado 331 do TST e do art. 71, §1º da Lei nº 8.666/93” – publicado na revista *Mural. Direito em Movimento*, n. 79, p. 10-11, dez./2010.

Artigo com o título “O (Indispensável) Papel do CADE nos Atos de Concentração Previstos em Planos de Recuperação” – publicado na Revista Semestral de Direito Empresarial, v. 2, p. 73-92, jan./jun. 2008.

Artigo com o título “Apontamentos sobre o federalismo alemão e sua reforma” – publicado na Revista de Direito da Associação dos Procuradores do novo Estado do Rio de Janeiro, Coordenador: Cristiano Franco Martins, p. 37-51, 2008.

Artigo com o título “Terceiro Setor: a experiência brasileira” - publicado na Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, n. 14, p. 211-240, jul./2005.

Artigo com o título “Terceiro Setor: a experiência brasileira” publicado no livro “Direito Administrativo” da série Direito em Foco. Cordenador: Valter Shuenquener de Araújo. Coordenador Geral: Marcelo Leonardo Tavares. Niterói: Impetus, 2005.

Artigo com o título “O Princípio da Soberania” – publicado na Revista da EMARF, v. 7, p. 175-198, nov./2004.

Artigo com o título “EC nº 42. O Meio Ambiente e a Reforma Constitucional” – publicado no livro “A Reforma Tributária da Emenda Constitucional nº 42/2003. Aspectos polêmicos e controvertidos”. Coordenador: Eugênio Rosa de Araújo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

Artigo com o título “EC nº 41 – Teto de Remuneração: reduções inconstitucionais em um Estado Democrático” – publicado no livro “A Reforma da Previdência Social. Temas Polêmicos e Aspectos Controvertidos”. Coordenador: Marcelo Leonardo Tavares. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

Artigo com o título “Hierarquização Axiológica de Princípios – relativização do princípio da dignidade da pessoa e o postulado da preservação do contrato social” – publicado na Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, v. 55, p. 82-100, ano 2002.

Resenha da obra de BRUNKHORST, Hauke, KOHLER, Wolfgang R. e LUTZ-BACHMANN, Mathias “Recht auf Menschenrechte. Menschenrechte, Demokratie und internationale Politik.” Alemanha: Suhrkamp, 1999.

Artigo com o título “Aspectos Jurídicos Envolvidos na Abertura do Resseguro à Iniciativa Privada. Cautelas e Posturas” – publicado na revista “Cadernos de Seguro” Ano XXI, n. 105, p. 21-27, jan./fev. 2001. Publicação da Fundação Escola Nacional de Seguros.

Artigo com o título “Acidentes de Trabalho e a Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984” – publicado no “Boletim IBCCrim” Ano 7, n. 78, maio 1999. Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Artigo com o título “Uma Avaliação Jurídica para o Seguro contra o Bug do Ano 2000” – publicado na revista “Cadernos de Seguro”, ano XIX, n. 94, mar./abr. 1999. Capa e páginas 33 a 37.



Artigo com o título “Seguro Contra Seqüestro. Aspectos Técnicos e Jurídicos para sua Aceitação no Brasil. A Retomada da Discussão” – publicado na revista “Cadernos de Seguro” Ano XVIII, n. 91, set./out. 1998. Publicação da Fundação Escola Nacional de Seguros.

Artigo com o título “Seguro de Acidentes de Trabalho no Brasil: Caminhada à Privatização” – publicado na Revista do IRB n. 279, p. 15/17, jul./dez. 1997.

Participação em bancas de teses de doutorado

UNICEUB. Centro Universitário de Brasília. Doutorado em Direito. Aluno: Sandro Lúcio Dazen. Título: *As Nulidades no Processo Administrativo Disciplinar: um aporte das teorias gerais do processo e do ato administrativo*. Dia da defesa: 06/12/2016. Orientador: Prof. Paulo Afonso Cavichioli Carmona (Presidente e Orientador/UNICEUB). Membros da banca: Prof. Marcelo Dias Varella (UNICEUB), Prof. Carlos Bastide Horbach (UNICEUB), Luís Manuel Fonseca Pires (), Prof. Valter Shuenquener de Araújo (UERJ).

UERJ. Faculdade de Direito. Doutorado em Direito Processual. Aluno: Odilon Romano Neto. Título: *Modificações na Jurisprudência e Proteção da Confiança*. Dia da defesa: 1º/02/2016. Orientador: Prof. Aluísio Gonçalves de Castro Mendes (Presidente e Orientador/UERJ). Membros da banca: Prof. Antônio do Passo Cabral (UERJ), Prof. Valter Shuenquener de Araújo (UERJ), Fernando Gama de Miranda Neto (UFF), Prof. Marcelo Pereira da Almeida (UNESA).

UERJ. Faculdade de Direito. Doutorado em Direito Público. Aluno: Felipe Derbli de Carvalho Baptista. Título: *O Estado como Investidor Institucional: a disciplina de uma Atuação Estatal não Interventiva na Economia*. Dia da defesa: 27/03/2014. Orientador: Prof. Alexandre Santos de Aragão. Membros da banca: Prof. Alexandre Santos de Aragão (Presidente e Orientador/UERJ), Prof. Valter Shuenquener de Araújo (UERJ), Prof. Patrícia Ferreira Baptista (UERJ), Prof. Heleno Taveira Torres (USP) e Prof. Patrícia Regina Pinheiro Sampaio (FGV/RJ).

Participação em bancas de dissertação de mestrado

Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa. Mestrado profissionalizante. Aluno: Christoph Schweitzer Milewski. *Proteção legal dos resultados das pesquisas em saúde nas instituições públicas*. Membros da banca: Ruy Afonso de Santacruz Lima (Orientador); Aluisio Gomes da Silva Junior (Coorientador) e Valter Shuenquener de Araújo. Data do exame de qualificação: 24/11/2014.

UNB. Faculdade de Direito de Brasília. Dissertação de Mestrado em Direito. Aluno: Rafael Santos de Barros e Silva. Título: *Câmbios de Jurisprudência: Venire Contra Factum Proprium do Poder Judiciário*. Dia da defesa: 28/03/2012. Orientador: Prof. Dr. Jorge Amaury Maia Nunes (Presidente da banca), Prof. Dr. Frederico Henrique Viegas de Lima, Prof. Dr. Valter Shuenquener de Araújo.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. Dissertação de Mestrado em Direito. Aluno: Maurício Luís Maioli. Título: *Jurisprudência e Confiança*. Dia da defesa: 18/06/2012. Orientador: Prof. Dr. Humberto Bergmann Ávila (Presidente da banca), Prof. Dr. Alexandre Mariotti, Prof. Dr. Andrei Pitten Velloso e Prof. Dr. Valter Shuenquener de Araújo.

Participação em bancas de exame de qualificação de mestrado

Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa. Mestrado profissionalizante. Exame de qualificação. Aluno: Christoph Schweitzer Milewski. *A importância da proteção legal sobre os resultados das pesquisas empreendidas por instituições públicas de pesquisa em saúde*. Membros da banca: Ruy Afonso de Santacruz Lima (Orientador); Aluisio Gomes da Silva Junior (Coorientador) e Valter Shuenquener de Araújo. Data do exame de qualificação: 07/08/2014.

Orientações e participações em bancas de monografia de pós- graduação – em andamento

UERJ. Faculdade de Direito. Curso de Especialização Lato Sensu. Aluno: Bernardo Mainardi Nogueira da Gama. Título: *O Artigo 173 da Constituição da República e os Limites ao Empreendedorismo Estatal*. Orientador: Prof. Valter Shuenquener de Araújo. Em andamento em 2017.

Pós-Graduação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação “Ministério Público e o novo Constitucionalismo”. Aluno: Paulo Henrique Santos Noronha. Título: *Colaboração Premiada no Âmbito da Ação de Improbidade Administrativa*. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2017.

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: Giovani Ewers. Título: A definir. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2016.

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: João Batista Bezerra Guimarães. Título: A definir. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2016.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Vítor Ferreira Soeiro. Título: *Responsabilidade Civil do Estado*. Orientador: Prof. Valter Shuenquener de Araújo. 2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Munique da Rocha Teixeira. Título: *Limites ao Poder Normativo das Agências Reguladoras*. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2016.

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: Vitor Luís Cardoso Pedroza. Título: *Captura Regulatória – O caso da limitação das franquias de banda larga pela ANATEL*. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Anna Raysa Reis Alves de Lima. Título: *Direito administrativo - o início da prescrição no processo administrativo disciplinar e a influência da sentença penal*. Atuação como orientador da monografia. Em andamento em 2016.

Orientações e participações em bancas de monografia de pós-graduação - concluídas

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Ana Cândida Lopes Coimbra Piauilino. Título: *Empréstimo de provas decorrentes de interceptação telefônica em processos não penais*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 06/10/2017.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Nathalia Viotti Isaac Freire. Título: *Parcerias Público-Privadas (PPP): Incentivos à Eficiência, à Segurança Jurídica e o Programa de Parceria de Investimentos (PPI)*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 06/10/2017.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Elaine de Freitas Moreira Safe. Título: *Desaposentação: sua viabilidade no Regime Próprio de Previdência Social*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 06/10/2017.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Bruna Davis. Título: *Análise concorrencial da regulação: regras e instrumentos à luz do direito comparado*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 06/10/2017.

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluna: Ana Luíza Jacoby. Título: *“A mediação como forma consensual de resolução de conflitos envolvendo a Administração Pública”*. Atuação como orientador da monografia. Defesa da monografia: 23/08/2017. Banca presidida pelo Orientador Prof. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação do Prof. Cristian Fetter Mold (EDB/IDP).

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluna: Rochele Worobiej Maia. Título: *Aplicabilidade subsidiária da Lei nº 8.666/1993 Às*

entidades integrantes do sistema 'S'". Atuação como orientador da monografia. Defesa da monografia: 23/08/2017. Banca presidida pelo Orientador Prof. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação do Prof. Cristian Fetter Mold (EDB/IDP).

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: Hugo Sampaio de Moraes. Título: *"Irresponsabilização civil do Estado mediante edição de leis ou interpretações jurisprudenciais: uma reflexão sobre o temor de retrocedermos aos tempos absolutistas e sobre a necessidade de se estabelecer marco temporal referencial para fins indenizatórios pró-cidadão"*. Atuação como orientador da monografia. Defesa da monografia: 23/08/2017. Banca presidida pelo Orientador Prof. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação do Prof. Cristian Fetter Mold (EDB/IDP).

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluna: Raíssa Alves Araújo. Título: *"As empresas semiestatais e suas características"*. Atuação como orientador da monografia. Defesa da monografia: 23/08/2017. Banca presidida pelo Orientador Prof. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação do Prof. Cristian Fetter Mold (EDB/IDP).

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: Marcos Aurélio Anastácio do Amaral. Título: *"Aplicação de sanções administrativas no âmbito das contratações realizadas pela Administração Pública"*. Atuação como orientador da monografia. Defesa da monografia: 23/08/2017. Banca presidida pelo Orientador Prof. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação do Prof. Cristian Fetter Mold (EDB/IDP).

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Matheus Rogério Liberato. Título: *Direito de Greve do Servidor Público: Análise Jurisprudencial*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 18/06/2017.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Bruno Marra Correa. Título: *Lacunas normativas no processo de controle externo disciplinado pela Lei Orgânica do TCU*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em 18/06/2017.

Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do IDP. Aluno: Adovaldo Dias de Medeiros Filho. Título: *A proteção da confiança e as decisões do Tribunal de Contas da União – reflexões sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e um novo papel da Corte de Contas enquanto ente fiscalizador*. Atuação como orientador da monografia. Banca ocorrida em 22/03/2017. Banca presidida pelo Prof. Dr. Valter Shuenquener de Araújo e com a participação da professora Lizia Iara Bodenstein Henrique (EDB/IDP).



FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Lucas Rachid Vasconcelos. Título: *O Direito do Preso ao Banho Quente: Limites da Teoria da Reserva do Possível*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em setembro de 2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Alzés Siqueira de Oliveira Junior. Título: *A Aplicação do Princípio da Isonomia nas Vagas de Concursos Públicos para Deficientes*. Atuação como orientador da monografia. Concluída em setembro de 2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Artigo científico de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Albert Peixoto Salvador. Título: *Serviços Públicos e a Aplicação do Código de Defesa do Consumidor*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 23/04/2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Michel Ribeiro Sá Costa. Título: *Transposição de Carreiras: estudo sobre sua incidência na PMDF*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 15/04/2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Juliana Paiva dos Santos. Título: *O que são normas gerais em licitação e contratação administrativa? Uma análise da competência prevista no artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 09/04/2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Anne Tomelin. Título: *A (In)constitucionalidade da proibição de falência e recuperação judicial para as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica em regime de concorrência*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 04/04/2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Ana Raquel Costa Silva. Título: *A revisão judicial da pena disciplinar aplicada a Servidor Público com fundamento no princípio da proporcionalidade*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 04/04/2016.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Eduardo Venâncio de Camargo. Título: *A Insegurança Jurídica do Regime de Previdência Complementar dos Agentes Públicos após a edição da Lei nº 12618/12*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 08/04/2015.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna:

Yohana Mirella Silva Oliveira. Título: *Responsabilidade Civil do Estado por Atos Omissivos de seus Agentes: Análise da divergência doutrinária e jurisprudencial*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 08/04/2015.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Bruno Carvalho Amaral Dias. Título: *A Desconstrução dos Fundamentos do Neoconstitucionalismo sob a Perspectiva de Humberto Ávila*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 06/04/2015.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Camilla Vieira Santana. Título: *A Legitimidade do Poder Judiciário no controle de constitucionalidade das medidas provisórias*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 03/01/2014.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Artigo científico de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Lorena Cristina Alves Netto Santos. Título: *A Aplicação da Sanção por Ato de Improbidade Administrativa*. Atuação como orientador de artigo científico. Data da aprovação: 03/01/2014.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Pablo Loiola Ximenes. Título: *O Regime de Contratação Diferenciado (RDC) e a Autoridade Pública Olímpica*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 03/01/2014.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Artigo científico de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluna: Luciane dos Santos Bezerra. Título: *A Desapropriação Judicial: Definição do Responsável pelo Pagamento da Indenização Arbitrada*. Atuação como orientador de artigo científico. Data da aprovação: 03/01/2014.

FESMPDFT – Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Monografia de conclusão do curso da FESMPDFT. Aluno: Evandro Beck Souza. Título: *A Possibilidade de Controle Judicial dos Atos Sigilosos*. Atuação como orientador da monografia. Data da aprovação: 03/01/2014.

EMERJ. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Monografia de conclusão do curso da EMERJ. Aluna: Flavine Meghy Metne Mendes. Título: *A Utilização do Método da Ponderação de Interesses na Aplicação de Penalidades ao Concessionário*. Dia da defesa: 23/09/2011. Orientador. Demais membros da banca: Des. Cláudio Brandão de Oliveira (Pres.) e Guilherme Braga Peña de Moraes.

EMERJ. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Monografia de conclusão do curso da EMERJ. Aluna: Erica de Oliveira Carneiro. Título: *A Tutela das Expectativas Legítimas: A Aplicação do Princípio da Proteção da Confiança*. Dia da defesa: 16/12/2010. Orientador.

EMERJ. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Monografia de conclusão do curso da EMERJ. Aluna: Larissa Teixeira Marques Simões. Título: *Aspectos Relevantes da Lei nº 11.079/04*. Dia da defesa: 17/06/2010. Orientador.

Participação em bancas de monografia de graduação

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Junior da Cruz Lopes. Título: *Contribuições Sociais ao PIS/PASEP e à COFINS: Análise de seus aspectos polêmicos*. Dia da defesa: 11/02/2015. Orientador: Prof. Marcus Lívio Gomes. Membros da banca: Prof. Marcus Lívio Gomes e Prof. Valter Shuenquener de Araújo.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Juarez Ferreira da Silva. Título: *Aposentadoria Especial: Possibilidades e Controvérsias*. Dia da defesa: 13/09/2013. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares. Membros da banca: Prof. Marcelo Leonardo Tavares, Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Fábio de Souza Silva.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Maria Fernanda Santana Brito. Título: *Benefícios por Incapacidade no RGPS e Portadores de HIV*. Dia da defesa: 1º/07/2013. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares. Membros da banca: Prof. Marcelo Leonardo Tavares e Prof. Valter Shuenquener de Araújo.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Pedro Burdman da Fontoura. Título: *A Possibilidade de Contratação Direta da Petrobras pela União para a Exploração e Produção de Petróleo, Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos fluidos sob o Regime de Partilha de Produção, nos Termos da Lei Federal nº 12.351/2010*. Dia da defesa: 21/12/2012. Orientadora: Prof. Patrícia Ferreira Baptista. Membros da banca: Profa. Patrícia Ferreira Baptista, Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Diogo Lopes Barbosa Leite.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Luísa Thury Mosqueira de Azevedo. Título: *Deslegalização como Fundamento do Poder Normativo das Agências Reguladoras*. Dia da defesa: 21/12/2012. Orientadora: Prof. Patrícia Ferreira Baptista. Membros da banca: Profa. Patrícia Ferreira Baptista, Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Diogo Lopes Barbosa Leite.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Denise Silva da Encarnação. Título: *Auxílio-Reclusão: Contribuições do Direito Previdenciário para a Efetivação dos Direitos Sociais dos Dependentes dos Presos*. Dia da defesa: 30/07/2012. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares. Membros da banca: Prof. Marcelo Leonardo Tavares e Prof. Valter Shuenquener de Araújo.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Pedro Marinho Abreu. Título: *Operações Urbanas Consorciadas*. Dia da defesa: 13/07/2012. Orientadora: Prof. Patrícia Ferreira Baptista. Membros da banca: Profa. Patrícia Ferreira Baptista, Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Felipe Derbli.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Tábata Poleze Figueiredo. Título: *Direito e Administração Além do Estado. O Surgimento do direito administrativo global*. Dia da defesa: 13/07/2012. Orientadora: Prof. Patrícia Ferreira Baptista. Membros

da banca: Profa. Patrícia Ferreira Baptista, Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Felipe Derbli.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Akemi Kitagawa Sant'Anna. Título: *A Previdência do Servidor Público – O Regime Próprio de Previdência Social e a Previdência Complementar*. Dia da defesa: 02/07/2012. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares. Membros da banca: Prof. Marcelo Leonardo Tavares e Prof. Valter Shuenquener de Araújo

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Marcelo Dillon Nunes. Título: *Regulação Financeira e Contratos de Derivativos: Experiências Recentes*. Dia da defesa: 12/12/2011. Orientadora: Profa. Patrícia Baptista. Membros da banca: Profa. Patrícia Baptista, Prof. Sergio Campinho e Prof. Valter Shuenquener de Araújo.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Pedro Rennó Marinho. Título: *O Controle do Cade sobre os Atos de Concentração decorrentes do Processo de Recuperação Judicial de Empresa: questões materiais e processuais*. Dia da defesa: 12/12/2011. Orientadora: Profa. Patrícia Baptista. Membros da banca: Profa. Patrícia Baptista, Prof. Sergio Campinho e Prof. Valter Shuenquener de Araújo.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Cristiano Lemes Garcia. Título: *Tributação e Government Take da Indústria do Petróleo nos Contratos de Concessão, Partilha da Produção e Cessão Onerosa*. Dia da defesa: 05/12/2011. Orientador. Membros da banca: Profa. Carolina Tupinambá e Prof. Alexandre Albuquerque.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Nathalia Vasconcellos de Souza. Título: *Atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar. A estrutura do processo decisório em demanda apresentadas pelos usuários de planos de saúde*. Dia da defesa: 05/12/2011. Orientador. Membros da banca: Profa. Carolina Tupinambá e Prof. Alexandre Albuquerque.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Beatriz Cardoso dos Santos Martins. Título: *O Futuro da Aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social - INSS*. Dia da defesa: 05/12/2011. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares. Membros da banca: Prof. Valter Shuenquener de Araújo e Prof. Marcelo Leonardo Tavares.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Arilson Santos da Silveira. Título: *Empresário Individual: questões acerca de sua responsabilidade*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Tatiana de Souza Rocha. Título: *Entidades Fechadas de Previdência Complementar*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Alexandra Barboza Sparrapan. Título: *Benefício de Prestação Continuada - LOAS*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Érica Medeiros Ângelo. Título: *Benefícios Assistenciais*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador: Prof. Marcelo Leonardo Tavares.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Marina Del Priore Croce. Título: *A Divulgação da Remuneração de Administradores de Companhias Abertas e a Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Verônica de Abreu Quadros. Título: *A Aposentadoria por Idade do Segurado Especial*. Dia da defesa: 04/07/2011. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Jonathas da Silva Ferreira. Título: *Análise da Exigibilidade de Indenizar a União por Gastos Com Preparação e Formação de Oficiais em Escolas Militares*. Dia da defesa: 06/12/2010.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Érica Medeiros Ângelo. Título: *Benefícios Assistenciais*. Dia da defesa: 07/12/2010.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Víctor Conceição Ronton. Título: *Aposentadoria do Servidor Público e a Reforma Constitucional*. Dia da defesa: 07/12/2010.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Marcos Vinícius dos Santos Motta. Título: *O Direito à Desaposentação no Sistema Previdenciário Brasileiro*. Dia da defesa: 07/12/2010.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Raphael Cabral Rizzo. Título: *Ressarcimento ao SUS: Fundamentos Jurídicos e Entendimento do Supremo Tribunal Federal*. Dia da defesa: 07/12/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Leonardo Reis Pinto. Título: *A Função Social da Empresa na Perspectiva do Estado Promocional*. Dia da defesa: 12/07/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Gustavo Gomes Kalil. Título: *O Princípio da Solidariedade na Seguridade Social Brasileira*. Dia da defesa: 14/07/2010.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Luciano de Jesus Nunes. Título: *Vedação à Concessão de medidas de Urgência para Adiar ou Suspender a Assembléia de Credores: Violação a Direito Real?* Dia da defesa: 01/02/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Fabiana Sereno Papacena Póla. Título: *Os Direitos dos Acionistas Minoritários e o Abuso de Poder do Acionista Controlador*. Dia da defesa: 26/01/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Rafael Miranda Torres. Título: *Tag Along: O Direito do Acionista Minoritário na Alienação do Controle Acionário*. Dia da defesa: 26/01/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Renato Rodrigues Ruschi. Título: *A Alienação de Controle nas Sociedades Anônimas*. Dia da defesa: 11/01/2010. Membro da banca. Orientador: Prof. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Paulo Rodrigo Bianco dos Santos. Título: *O Requisito da Atividade Inventiva e a Definição do Técnico no Assunto à Luz do Direito Patentário Brasileiro*. Dia da defesa: 08/01/2010. Membro da banca. Orientador: Prof. José Carlos Vaz e Dias.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Tatiana dos Santos Ferreira de Carvalho. Título: *Convergências e Divergências entre os contratos de Franquia, Representação e Distribuição Comercial*. Dia da defesa: 05/01/2010. Membro da banca. Orientador: Prof. José Carlos Vaz e Dias.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Tatiana Moraes Cordeiro. Título: *Novos Mecanismos para Maior Proteção dos Acionistas Minoritários*. Dia da defesa: 05/01/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Tainá Hütten de Camargo. Título: *O Abuso de Forma no Direito Societário*. Dia da defesa: 05/01/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Alberto Aparício Neto. Título: *Os Processos de Insolvência e de Soluções de Crises de Instituições Financeiras e a Responsabilidade de seus Administradores*. Dia da defesa: 05/01/2010. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Carlos Martins Neto. Título: *Dispersão Acionária, Tomada Hostil de Controle e Poison Pills: Breves Reflexões*. Dia da defesa: 30/07/2009. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Thiago Moreira Barbosa. Título: *A Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica e sua Aplicação no Código de Defesa do Consumidor*. Dia da defesa: 30/07/2009. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Felipe Maia Herrera de Almeida. Título: *Sociedade de Propósito Específico (SPE): Relevância Prática e Aplicações*. Dia da defesa: 13/01/2009. Orientador.

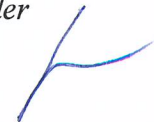
UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Patrícia Cerqueira Vidal. Título: *O Estabelecimento Comercial: O Conceito, A Natureza, Os Elementos e o Trespasse*. Dia da defesa: 13/01/2009.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Fernando Hermont Blower Passos. Título: *As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*. Dia da defesa: 09/01/2009. Orientador.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Olívia Vieira. Título: *Cláusulas Pétreas. Alguns Aspectos Constitucionais e Essencialidade*. Dia da defesa: 09/12/2005.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Luiz Henrique de Andrade Costa. Título: *Participação popular no processo democrático: plebiscito, referendo o orçamento participativo*. Dia da defesa: 09/12/2005.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluno: Fernando Fróes Oliveira. Título: *Do poder ao processo constituinte: uma proposta de reeleitura*. Dia da defesa: 09/12/2005.



UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Raquel Ribeiro de Carvalho. Título: *A Eficácia temporal das decisões no controle de constitucionalidade das leis*. Dia da defesa: 09/12/2005.

UERJ. Faculdade de Direito. Aluna: Cristina Cidade da Silva Guimarães. Título: *Responsabilidade ambiental: reparação de danos ao meio ambiente*. Dia da defesa: 09/12/2005.

Coordenação de obras

Coordenador da obra coletiva “Direito Administrativo” da série “Direito em Foco” lançada pela Editora Impetus. Niterói: Impetus, 2005.

Participação em Conselho Editorial

Membro do Conselho editorial da Revista Científica da FESMPDFT desde dezembro de 2016.

Membro do Conselho editorial da revista do CNMP sobre “Violência contra a Mulher”. Ato do CNMP de 25/01/2017.

Membro do Conselho editorial da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do CNMP. Portaria CNMP-CN nº 128 de 18/07/16.

Pareceres como membro de Conselho Editorial

Revista Cadernos de Direito da UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba). Publicação da editora UNIMEP. Parecer sobre o artigo intitulado "Uma análise reflexiva sobre a personalidade jurídica e sua possível desconsideração atécnica". Parecer lançado em 26/04/2017 pela rejeição do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Cadernos de Direito da editora UNIMEP. Publicação da UNIMEP. Parecer sobre o artigo intitulado "Aplicabilidade do Direito de Arrependimento no Comércio Eletrônico em relação aos produtos personalizados". Parecer lançado em 26/04/2017 pela rejeição do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Articulação do trabalho em rede para a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Desconstruindo o perfil Jekyll & Hyde: um estudo sobre a constatação dos múltiplos fatores causais da violência doméstica e familiar contra a mulher". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação após as correções sugeridas. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Feminicídio: uma qualificadora de natureza dúplice". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.



Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Medidas protetivas de urgência e mediação: uma necessária correlação para o pleno acesso à Justiça pela mulher vítima de violência doméstica ou familiar". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Ministério Público do RN no combate e prevenção à violência contra a mulher – A experiência do grupo reflexivo de homens". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "O controle externo da atuação policial na repressão à violência contra a mulher". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "A natureza jurídica do feminicídio". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo com as correções sugeridas. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Primeiro ano de vigência da lei do feminicídio: casos concretos analisados pelo Ministério Público do Estado do Paraná". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo com as correções sugeridas. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Uma terceira via para a proteção da mulher vítima de violência doméstica – o reconhecimento transformativo pela educação". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo para publicação. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "Violência doméstica + idosa = Lei Maria da Penha, séria?". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo após correções. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "O acautelamento da mulher trans: um estudo sob a ótica do binarismo dos sistemas penal e penitenciário brasileiros". Parecer lançado em 24/04/2017 pela rejeição do artigo. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da ENASP. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado "O silêncio dos Inocentes: a busca da dignidade por mulheres vítimas de violência". Parecer lançado em 24/04/2017 pela aprovação do artigo após correções. Análise feita sem a identificação do autor.

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado: *“Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Apoio à Atividade Correicional: Uma Análise teórica da não*

publicização pelo Ministério Público Pernambucano”. Parecer lançado em 31/01/2017 pela aprovação do artigo. Análise feita sem a identificação do autor. Autor do artigo não identificado.

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado: “*Mérito Processual Participado na ADIN 3510: um estudo a partir da teoria das ações coletivas como ações temáticas*”. Parecer lançado em 31/01/2017 pela aprovação do artigo. Análise feita sem a identificação do autor. Autor do artigo não identificado.

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado: “*Emenda Constitucional 95/2016 sob a ótica da Integridade*”. Parecer lançado em 08/02/2017 pela aprovação do artigo. Análise feita sem a identificação do autor. Autor do artigo não identificado.

Revista Jurídica da Corregedoria Nacional. Publicação do CNMP. Parecer sobre o artigo intitulado: “*Dados empíricos e planejamento estratégico como suporte à atuação das Corregedorias-Gerais do Ministério Público – Estudo de Caso a partir de uma nova visão do princípio da independência funcional*”. Parecer lançado em 08/02/2017 pela aprovação do artigo. Análise feita sem a identificação do autor. Autor do artigo não identificado.

Homenagens e Medalhas

Troféu Mérito da Advocacia Raymundo Faoro. Homenagem dedicada àqueles que oferecem tempo e esforços em defesa da profissão do advogado e dos valores constitucionais. Concedido pelo Conselho Federal da OAB em 2016.

Comenda de Ordem ao Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil no “Grau Comendador” concedida às 19:00 horas do dia 05/04/2016 no salão nobre do TSE.

Conjunto de medalhas Pedro Ernesto concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Proposta do Vereador Renato Moura. Aprovado em sessão plenária de 13 de março de 2014. Data da cerimônia de entrega: 07 de abril de 2014, 15:00 horas.

Homenageado em 18/11/2013 em Sessão Solene na Câmara Municipal de Barra do Piraí/RJ com o título de cidadão Barrense.

Homenageado em 02/10/2009 em Sessão Solene na Câmara Municipal de Barra Mansa/RJ com o título de cidadão Barramansense.

Traduções

Revisão, a pedido do Autor, da tradução do artigo de autoria do Professor Winfried Brugger para o Português. Artigo com o título “*O Comunitarismo como teoria social e jurídica por trás da Constituição alemã*” publicado na Revista de Direito do Estado nº 11, julho/setembro 2008, p. 55/84.



Participação em Grupos de Trabalho e Comissões

Membro da Comissão Especial criada pela Portaria nº 188/2016, de 22/06/2016, DOU de 23/06/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Objetivo de analisar anteprojeto de lei que institui normas gerais para licitações e contratos para a administração pública.

Membro do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministro de Estado da Fazenda Joaquim Levy pela Portaria MF nº 640 de 11/08/2015. Grupo de Trabalho formado por professores de Direito Administrativo criado com a finalidade de estudar, consolidar e propor medidas voltadas ao aprimoramento das normas para melhorias do ambiente de negócios no Brasil.

Ex-Coordenador da Comissão de Direito Administrativo da EMARF. Portaria de 31/10/2007.

Cursos e Palestras

Palestrante sobre o tema “Tutela Coletiva, improbidade administrativa e TACs” no “I Congresso Internacional CBMA de Mediação: “O que sabemos e o que ainda devemos aprender”. Local: Auditório da FIRJAN. Rio de Janeiro. Evento realizado pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). Dia 09/11/2017. 90 minutos de duração. Painel em conjunto com Humberto Dalla, Pedro Rubim Fortes e Gustavo da Rocha Schmidt.

Palestrante sobre o tema “Efeitos da Inovação no Direito Administrativo” no “I Fórum sobre Inovação no Direito Público: Diagnósticos e Propostas”. Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito da UERJ. Rio de Janeiro. Evento realizado pelo Laboratório de Regulação Econômica – UERJ REg. Dia 07/11/2017. 30 minutos de duração.

Palestrante sobre o tema “Segurança Jurídica e Ativismo Judicial” no Congresso Nacional de Direito Agrário. Título da palestra: “A imprescindível segurança jurídica no agronegócio. Até onde o ativismo pode ir?” Local: Instituto dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro. Evento realizado pelo IAB. Dia 11/08/2017. 40 minutos de duração.

Palestrante sobre o tema “Aspectos jurídicos da Atuação do anestesiológico”. Local: 51ª JASB - Jornada de Anestesiologia do Sudeste Brasileiro. Rio de Janeiro. Hotel Windsor da Barra. Evento realizado pela SAERJ (Sociedade de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro. Dia 29/06/2017. 30 minutos de duração.

Palestrante sobre o tema “Reflexões sobre a Lei de Improbidade”. Palestra realizada no Simpósio “Os 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa. Local: Auditório da Escola da Advocacia-Geral da União. Evento organizado pela Escola da AGU. 30 minutos de duração. Dia e horário da palestra: 23/06/2017 no horário de 12:10 às 12:40 horas.



Professor do curso de aperfeiçoamento “Administração Pública e Terceiro Setor com ênfase na Lei nº 13.303/2016”. Local: Cuiabá. Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso. Dia 05/06/2017 de 09:00 às 18:00 horas.

Palestrante sobre o tema “Servidor Público e o Princípio da Proteção da Confiança”. Palestra realizada no Encontro Regional do Triângulo do MP de Minas Gerais. Local: Auditório da UNIUBE – Uberlândia/MG. Evento organizado pelo CEAF (Centro de Aperfeiçoamento Funcional) do Ministério Público de Minas Gerais. 40 minutos de duração. Dia e horário da palestra: 25/05/2017 no horário de 19:00 às 19:40 horas.

Palestrante sobre o tema “Servidores públicos”. Local: Auditório do Conselho da Justiça Federal – Brasília. Ciclo de Estudos: Tribunais Superiores em Temas da Justiça Federal. Evento organizado pelo CEJ (Centro de Estudos Judiciários) do CJP. Coordenação científica: Ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília. 45 minutos de duração. Dia e horário da palestra: 04/05/2017 no horário de 10:30 às 11:15 horas.

Palestrante sobre o tema “Femicide in Brazil: a national strategy to avoid impunity” no painel intitulado “A year of focused actions to combat violence against women and girls”. Painel organizado pela União Europeia e realizado na 61ª CSW (*Commission on the Status of Women*) no dia 15/03/2017 no horário de 13:14 às 14:30 horas. Local: Sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Painel integrado pelas seguintes autoridades: Dra Helena Dalli, Ministra para o Diálogo Social, Direito do Consumidor e Liberdades Cívicas de Malta, Doreen Sioka, Ministra de Assistência ao Gênero e às Crianças da República da Namíbia; Mara Marinaki, Principal Conselheira da União Europeia sobre Gênero; Dra. Flavia Bustreo, Assistente do Diretor-Geral da OMS; Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal e Conselheiro do CNMP; Ana Sofia Fernandes, Secretária-Geral da Plataforma Portuguesa para os Direitos Humanos das Mulheres; Moderadora: Dr Purna Sen, ONU Mulheres.

Palestrante sobre o tema “A soberania do Estado e os limites da regulação”. Local: Diretoria de Portos e Costas da Marinha. Evento organizado pelo Instituto Ibero Americano de Direito Marítimo (IIDM). Rio de Janeiro. 50 minutos de duração.

Presidente da mesa de abertura do Seminário Internacional “Sistema Penal Acusatório (Realidades e Perspectivas)”. 21 a 23/11/2016. Brasília. Organização: PGR e CNMP.

Palestrante sobre o tema “A Responsabilidade Civil do Estado por Má-Execução de Obra Pública”. Mesa redonda com professores Luiz Oliveira de Castro Jungstedt e Prof. Frederico Amado. Local: Centro de Estudos Renato Saraiva (CERS). Recife. 6º Congresso Online de Direito Público. Dia 24/11/2016. 1 hora de duração.

Palestrante sobre o tema “Improbidade Administrativa: análise das principais polêmicas”. Local: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte. Dia 07/11/2016. 3 horas de duração.



Palestrante sobre o tema “Acordos de Leniência” no dia 25/05/2016 no horário de 10:00 às 12:00 horas. 2 horas de palestra. Palestra ministrada na Associação Brasileira de Advogados - ABA em Brasília.

Participante da “Mesa de debates: acordo de leniência e conflito de competência entre as instituições de controle” no dia 14/04/2016 no horário de 13:30 às 15:30 horas. Participação no “Seminário sobre acordos de leniência” realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ, em especial pelo grupo do Doutorado em Direito da Empresa e Atividades Econômicas. Apoio do TCE-RJ e da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ. O seminário ocorreu nos dias 14 e 15 de abril de 2016.

Palestrante sobre o tema “Riscos & oportunidades dos acordos de leniência sob a ótica do controle público e das convenções” no dia 14/04/2016 no horário de 10:15 às 12:00 horas. 40 minutos de palestra. Palestra ministrada no “Seminário sobre acordos de leniência” realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ, em especial pelo grupo do Doutorado em Direito da Empresa e Atividades Econômicas. Apoio do TCE-RJ e da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ. O seminário ocorreu nos dias 14 e 15 de abril de 2016.

Palestrante sobre o tema “Segurança Jurídica e Atividade Empresarial” no dia 02/04/2016 no horário de 13:00 às 14:00 horas. 1 hora de palestra. Palestra ministrada no 1º Simpósio Nacional do Varejo e Shopping no centro de convenções do hotel Conrad em Punta del Este - Uruguai. Evento organizado pela ALSHOP (Associação do Lojistas de Shopping). A palestra contou com a mediação do jornalista Ricardo Boechat. O simpósio ocorreu nos dias 1º e 2 de abril de 2016.

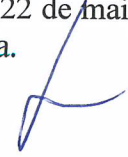
Palestrante sobre o tema “A Proteção de Expectativas Legítimas no novo CPC brasileiro” no dia 03/03/2016 no horário de 15:00 às 16:00 horas. 1 hora de palestra. Palestra ministrada na faculdade de Direito de Coimbra- Portugal.

Instrutor do curso “Temas Atuais do Direito Administrativo – Informativos do STF e STJ” no Supremo Tribunal Federal nos dias 21 de maio, 11, 18 e 24 de junho de 2015 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 12 horas-aula.

Participante do curso “Teoria e Prática de Docência Online” realizado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário. Curso realizado online no período de 13 a 21 de junho de 2014 com carga horária de 15 horas.

Tutor do curso “Improbidade Administrativa” promovido pelo CEAJUD do Conselho Nacional de Justiça no período de 12 de agosto a 12 de setembro de 2014 e com a carga horária total de 30 horas-aula.

Instrutor do curso “Responsabilidade Civil do Estado e a Jurisprudência do STF” no Supremo Tribunal Federal nos dias 14, 15 e 22 de maio de 2014 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 9 horas-aula.



Tutor do curso “Improbidade Administrativa” promovido pelo CEAJUD do Conselho Nacional de Justiça no período de 18 de novembro a 18 de dezembro de 2013 e com a carga horária total de 30 horas-aula.

Instrutor do curso “Aspectos Jurídicos da Improbidade Administrativa e do Processo Administrativo Disciplinar” no Supremo Tribunal Federal nos dias 7, 13, 20 e 28 de novembro de 2013 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 12 horas-aula.

Palestrante sobre o tema “Controle Jurisdicional das Agências Reguladoras” no dia 27/09/2013 no horário de 10:30 horas. 1 hora de palestra. Palestra dada para o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal no auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O seminário durou de 25 a 27 de setembro de 2013 e teve o título Agências Reguladoras. Serviços Públicos e Direito do Consumidor.

Instrutor do curso “Desapropriação – Aspectos Procedimentais e Jurídicos” no Supremo Tribunal Federal nos dias 4, 5, 11 e 12 de setembro de 2013 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 12 horas-aula.

Palestrante sobre o tema “O Princípio da Proteção da Confiança no Direito Administrativo” no dia 14/06/2013 na Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF no auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Instrutor do curso “Improbidade Administrativa – Aspectos Processuais e Materiais” no Supremo Tribunal Federal nos dias 12, 15, 20 e 28 de junho de 2012 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 12 horas-aula.

Programa International Visitor Leadership Program. Evento organizado pelo United States Department of State. Período de 23 a 30 de Janeiro de 2012. Local: Washington D. C., Nova Iorque e Filadélfia. Visitação e reuniões com autoridades de instituições norte-americanas.

Instrutor do curso “Responsabilidade Civil do Estado e a Jurisprudência do STF” no Supremo Tribunal Federal nos dias 24 e 29 de novembro de 2011 de 9:00 às 12:00 horas com a carga horária total de 9 horas-aula.

Palestrante sobre o tema “O Princípio da Proteção da Confiança” no dia 11/11/2010 na 12ª Reunião do Fórum Permanente de Direito Notarial e Registral realizado no auditório Antônio Carlos Amorim - TJRJ.

Instrutor do curso “Atualização em Direito Administrativo” no Tribunal Regional Federal da 2ª Região no período de 18 e 25 de maio, 10, 17, 22, 24 e 29 de junho e 1º de julho de 2010 de 9:00 às 12:00 horas.

Palestrante sobre o tema “A Nova Lei de Falências” no dia 16/11/2009 no evento realizado pelo Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da UERJ.

Palestrante sobre o tema “O Princípio da Proteção da Confiança” no dia 11/11/2009 no II Congresso de Direito Administrativo realizado pelo IDAERJ e pela Fundação Getúlio Vargas.



Palestrante sobre o tema “A Nova Lei do Mandado de Segurança” no dia 22/10/2009 no evento realizado no restaurante Rei do Bacalhau para a chapa candidata à OAB de Duque de Caxias. Evento com aproximadamente 400 ouvintes.

Instrutor do curso “Temas de Direito Administrativo” no Tribunal Regional Federal da 2ª Região no período de 21, 26 de maio, 4, 9, 16, 23, 25 e 26 de junho de 2009 de 9:00 às 12:00 horas.

Palestrante sobre o tema “Segurança Jurídica e Anulação do Ato Administrativo”. Palestra realizada na V Semana Jurídica promovida pelo curso de Graduação em Direito do Unifoa – Centro Universitário de Volta Redonda no dia 20 de maio de 2009.

Instrutor do curso “Temas de Direito Administrativo” na Seção de Treinamento do TRF 2ª Região no período de 06, 10, 12, 13, 19 e 26 de junho de 2008 de 9:00 às 12:00 horas.

Palestrante sobre o tema “Administração Pública na Constituição Federal de 1988”. Palestra realizada na Câmara de Vereadores do Município de Volta Redonda organizada pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase. Dia da palestra: 23/10/2008.

Palestrante sobre o tema “O Princípio da Proteção da Confiança”. Evento: Jornadas Jurídicas da Universidade Estácio de Sá realizado em Resende/RJ no período de 05/05/2008 a 09/05/2008. Dia da palestra: 07/05/2008.

Palestrante sobre o tema “Regulamentação do Setor e Transição dos Contratos Anteriores à lei 9.656-98. A Tutela Transindividual dos Consumidores de Serviços de Saúde”. “Jornadas Jurídicas” sobre *Agências Reguladoras*. Evento da UNI-Rio realizado no Ministério Público Federal no Rio de Janeiro no período de 29/04 a 30/04/2003. Coordenador: Desembargador Federal Dr. André Fontes.

Palestrante sobre o tema “Litispendência e Ação Civil Pública” no Encontro da Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) realizado em Araras no período de 29/11 a 1º/12/2002.

Debatedor com o Des. Fed. Poul Erik Dyrlund no painel “As Agências Reguladoras e o Controle Jurisdicional” do Seminário “*As Agências Reguladoras e o Novo Direito da Regulação*” realizado pela EMARF no período de 26/11 a 27/11/2002.

Instrutor do curso “Execução Fiscal” na Seção de Treinamento do TRF 2ª Região no período de 16 a 27 de setembro de 2002.

2º Seminário Jurídico sobre o Mercado de Distribuição de Combustíveis. 24 a 26 de janeiro de 2002. Hotel Sheraton – RJ. Realizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

Conferência em “Offshore Oil & Gas”. 11 e 12 de março de 1999. Hotel Le Meridien do Rio de Janeiro. Realizada pelo Institute for International Research.

Síntese do CURRICULUM VITAE

VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO

Doutor em Direito Público pela UERJ. Doutorado-Sanduiche pela Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Professor Adjunto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (2015-2017). Juiz Federal. Ex-Juiz Auxiliar e Ex-Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal. Ex-Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Procurador Federal. Ex-Advogado Concursado da PETROBRAS. Autor dos livros: “*O Princípio da Proteção da Confiança. Uma Nova Forma de Tutela do Cidadão Diante do Estado*. 2ª edição. Editora Impetus, 2016”, e “*As Novas Dimensões do Princípio da Soberania*”. Editora Impetus, 2016.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized cursive letters, likely representing the name Valter Shuenquener de Araújo. The signature is positioned below the text of the curriculum vitae.

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Valter Shuenquener de Araujo

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, c, do Regimento Interno do Senado Federal, passo a narrar, de forma sucinta, minha experiência profissional e formação técnica, com o firme propósito de demonstrar a existência de afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cursei o ensino fundamental e médio na cidade do Rio de Janeiro no *Colégio São Vicente de Paulo* situado no bairro Cosme Velho, tendo realizado Intercâmbio Cultural durante o período de um ano (1992-1993) no estado do Texas nos Estados Unidos, onde estudei em uma escola pública norte-americana (*Pflugerville High School*).

Fiz toda a minha graduação em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no período de 1994 a 1999. Ainda durante a graduação, iniciei minha formação profissional no escritório de advocacia *Eliel de Mello, Gomes e Zoroastro S/C*, tendo atuado, inicialmente, como estagiário em matéria de Direito do Trabalho (março a julho de 1996). Em seguida, em razão da afinidade com o idioma alemão, fui selecionado como estagiário do escritório *Stüssi-Neves e Advogados* com sede no Rio de Janeiro, local em que trabalhei de julho de 1996 até maio de 1997. Neste estágio, trabalhei, essencialmente, com direito societário envolvendo empresas alemãs que pretendiam se instalar no Brasil.

Posteriormente, após ser aprovado em terceiro lugar dentre 771 candidatos, tornei-me estagiário no disputado estágio na Procuradoria da República da cidade do Rio de Janeiro, tendo assessorado um membro do Ministério Público Federal de janeiro de 1998 a janeiro de 1999.

Em janeiro de 1999, mais de dezoito anos atrás, iniciei minha atuação profissional posterior à graduação em Direito como advogado da Petrobras Distribuidora S/A após ter sido aprovado em concurso público. Lá, trabalhei até dezembro de 1999 no Setor de Contratos e Licitações da Gerência Jurídica da companhia e pude adquirir experiência acerca do funcionamento de uma sociedade de economia mista com intensa atuação no mercado de distribuição de combustíveis. Por ter conhecimento de inglês, fui designado para atuar no setor jurídico de Óleo e Gás (*Oil and Gas*), o que contribuiu, sobremaneira, para meu amadurecimento profissional, pois tive de participar de inúmeras reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração de empresas coligadas da Petrobras Distribuidora, locais em que eram discutidos temas de elevada complexidade jurídica.

Após este primeiro vínculo profissional já como graduado em Direito, tornei-me Procurador Autárquico do INSS (hoje Procurador Federal) e assumi, em fevereiro de 2.000, o referido cargo na Procuradoria da Gerência Executiva de Taubaté no interior do estado de São Paulo. Na aludida Procuradoria, fui nomeado, durante o referido ano, para a função de Chefe da Seção de Consultoria, o que me obrigava a elaborar inúmeros pareceres sobre as consultas formuladas à Procuradoria do INSS pelos seus órgãos administrativos.

Em dezembro de 2.000, retornei à minha cidade natal, Rio de Janeiro, para assumir o cargo de Procurador do Estado após ter sido aprovado em concurso público. Na PGE do Rio de Janeiro, trabalhei no núcleo previdenciário, setor que respondia pelo contencioso do Estado e do Rioprevidência¹ em matéria previdenciária. Na PGE do Rio de Janeiro, permaneci até março de 2.001, em razão de ter sido nomeado para o cargo de Juiz Federal Substituto após ter sido aprovado em concurso público realizado pelo TRF da 2ª Região, que abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na Justiça Federal, atuei como Juiz Federal Substituto na Seção Judiciária do Rio de Janeiro de março de 2001 até abril de 2006, tendo oficiado em diversos juízos da capital e do interior do estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2006, tornei-me Juiz Federal Titular na cidade de Cachoeiro de Itapemirim no estado do Espírito Santo, cidade em que permaneci até novembro de 2007.

Em novembro de 2007, fui removido, a pedido, para a 3ª Vara Federal de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, vara de competência plena em que permaneci até agosto de 2010, oportunidade em que fui removido, a pedido, para a 5ª Vara Federal de São João de Meriti, juízo situado nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 07/12/2009, fui designado para, com prejuízo da jurisdição na vara de origem, compor a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, tendo sido o seu Presidente no período de 1º/10/2010 até 03/03/2011.

No ano de 2010, também fui designado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região para atuar como um dos coordenadores da atuação da Justiça Federal na **Ação Global** realizada na comunidade da Gamboa – Rio de Janeiro, experiência que muito me honrou diante do seu caráter social e humanista.

¹ Fundo único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro.

De São João de Meriti, me removi, a pedido, para o 6º Juizado Especial Federal da capital do Rio de Janeiro, com efeitos a partir de agosto de 2012. O referido juizado é especializado em matéria previdenciária e, até a presente data, nele estou lotado como juiz federal titular.

Em 04/03/2011, tive a felicidade de ter sido convocado pelo Supremo Tribunal Federal para atuar como Juiz Instrutor, tendo permanecido nesta função até março de 2013. A partir de então, tornei-me Juiz Auxiliar no STF, função que desempenhei até novembro de 2014.

Em novembro de 2014, fui convocado pelo Tribunal Superior Eleitoral para atuar como Juiz Auxiliar do TSE, função que ocupei até novembro de 2015.

Em razão de minha atuação como magistrado federal, fui homenageado, em 18/11/2013, em Sessão Solene na Câmara Municipal de Barra do Piraí/RJ com o título de cidadão Barrense, e, em 02/10/2009, em Sessão Solene na Câmara Municipal de Barra Mansa/RJ com o título de cidadão Barramansense. Em 07 de abril de 2014, fui agraciado com o conjunto de **medalhas Pedro Ernesto** concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro por proposta do Vereador Renato Moura.

Paralelamente à minha carreira na magistratura, também desenvolvi atividades no magistério, tornando-me professor da disciplina Direito Administrativo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Fiz meu mestrado em Direito Público na faculdade de Direito da UERJ no período de 2001 a 2003. Ao final, defendi minha dissertação de mestrado em 2003 sob o título *Novas Dimensões do Princípio da Soberania*, tendo recebido a nota 9,5 (nove e meio) de um total de 10 (dez). Esta dissertação foi publicada em 2016 com o mesmo título pela editora Impetus.

Em 2005, iniciei meu Doutorado em Direito Público na faculdade de Direito da UERJ, ano em que cursei todas as disciplinas obrigatórias para a defesa da tese. No ano seguinte, fiz as pesquisas do doutorado (doutorado-sanduíche) na faculdade de Direito da Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg na Alemanha (janeiro de 2006 a janeiro de 2007). No Brasil, tive como orientador o Professor e, atualmente, também Ministro do Supremo Tribunal Federal, Min. Luís Roberto Barroso. Na Alemanha, fui orientado academicamente pelo saudoso Prof. Winfried Brugger, sucessor de Friedrich Müller na cátedra da referida instituição alemã.

Para a conclusão do curso, defendi a tese de Doutorado em 2008 sob o título *O Princípio da Proteção da Confiança* e obtive a nota 10 (dez), grau máximo.

A tese de doutorado foi publicada pela editora Impetus em 2009 sob o título *O Princípio da Proteção da Confiança. Uma Nova Forma de Tutela do Cidadão Diante do Estado*. Além dos livros mencionados, já publiquei diversos artigos sobre temas jurídicos, bem como proferi cursos, aulas e palestras para inúmeras instituições, sendo de destaque o STF, CNJ, Procuradoria Regional da República do Rio de Janeiro, TRF da 2ª Região, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ) e Fundação Escola do MP do DF e Territórios.

Em agosto de 2005, após ter sido aprovado em segundo lugar em concurso público, tornei-me professor da faculdade de Direito da UERJ, instituição de que faço parte até os dias de hoje na condição de Professor Adjunto de Direito Administrativo integrante do Departamento de Direito do Estado.

Já participei como membro de banca examinadora de concurso público para ingresso na carreira de professor em instituições universitárias públicas, UFF e UFRJ, nos anos de 2010 e 2011. Na academia, também fui orientador de diversas monografias de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como membro de bancas de exame de monografia de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Em 10 de novembro de 2015, após a arguição em sabatina e a aprovação de meu nome pelo Plenário desta elevada Casa, tive a honrosa oportunidade de ser empossado no cargo de Conselheiro do CNMP para o biênio 2015-2017.

Durante meu primeiro mandato como Conselheiro do CNMP, tive em mente a necessidade de se preservar a independência funcional do Ministério Público, sem que isso proporcione um poder irrestrito em favor do Promotor ou Procurador da República que legitime a arbitrariedade. Independência funcional não pode servir de escudo para a prática de condutas ilegais e inconstitucionais. Votei pela punição de membros do MP que agrediram suas companheiras, pela punição de promotores desonestos e pela aplicação de sanção aos membros do MP com produtividade e comportamentos no trabalho bem abaixo do nível esperado para o cargo. Também votei pela aprovação da criação de um sistema de cotas para afrodescendentes no âmbito do MP, pelo corte de remunerações acima do teto, bem como por uma atuação transparente do Ministério Público.

No período em que fui Conselheiro, fui eleito pelos pares coordenador da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, órgão integrado pelo CNMP, CNJ e pelo Ministério da Justiça. Como coordenador da ENASP desenvolvi um projeto de redução do número de inquéritos de

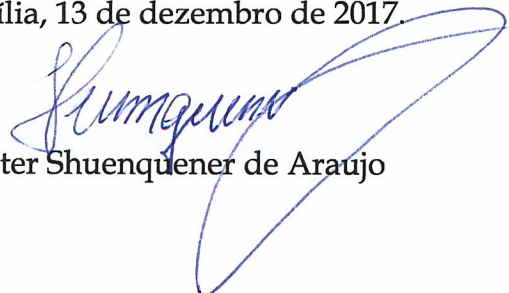
feminicídio em tramitação no Brasil. No período de aproximadamente seis meses, o projeto conseguiu uma redução superior a 50% do número de inquéritos de feminicídio em tramitação no país inteiro. O sucesso alcançado originou, inclusive, um convite formulado pelo Embaixador do Brasil na ONU, Embaixador Mauro Vieira, para que eu integrasse a delegação brasileira na Comissão de Estado da Mulher (CSW) e apresentasse um painel durante o referido evento realizado em março de 2017 na ONU em Nova Iorque.

Em meados de 2017, fui eleito pelos Conselheiros do CNMP para presidir a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. No curto espaço de tempo que nela permaneci, em razão do término do primeiro mandato, tive a oportunidade de intermediar uma parceria entre a União Europeia e o CNMP visando ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Conseguimos, em razão do projeto desenvolvido, implementar o Cadastro Nacional de Violência Doméstica, banco de dados exigido pela Lei Maria da Penha de 2006. Além de essa parceria ter permitido uma intensa troca de experiências com países europeus, em especial a Lituânia, Itália e Portugal, foi feito um seminário internacional com a abertura da Senadora Marta Suplicy, em que temas relevantes em matéria de violência doméstica foram debatidos.

Caminhando para o encerramento de minha apresentação, espero, sinceramente, poder contribuir para que o Conselho Nacional do Ministério Público possa alcançar sua insigne missão, seja no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, seja na fiscalização quanto ao cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, seja, ainda, no desenvolvimento de políticas e de ações preventivas e de aperfeiçoamento desta instituição essencial à garantia do Estado democrático de Direito.

Por fim, reitero meu sentimento de profunda honra por ter sido indicado, por mais uma vez, e desta vez pela unanimidade dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, para o cargo de Conselheiro do CNMP e, nessas circunstâncias, destaco meu elevado respeito e admiração pelo Senado Federal, instituição a cujo crivo submeto meu nome, na esperança de poder desempenhar as atribuições do referido cargo. Reafirmo, por fim, o compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e as leis do Brasil, bem como de exercer, com dedicação e prontidão, as funções que me forem atribuídas.

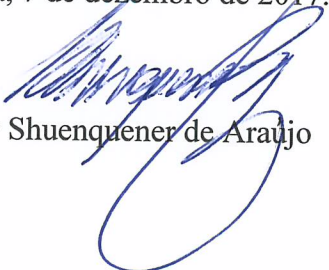
Brasília, 13 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araujo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, II, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação.

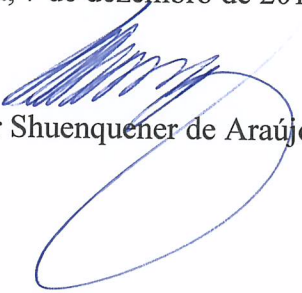
Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, III, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sofri nenhuma sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não existem e nem existiram procedimentos dessa natureza instaurados contra mim.

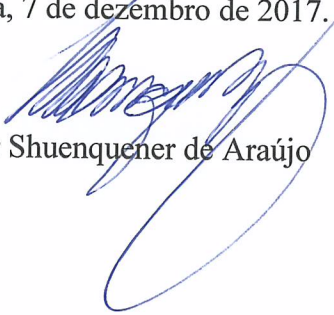
Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, IV, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possuo cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes.

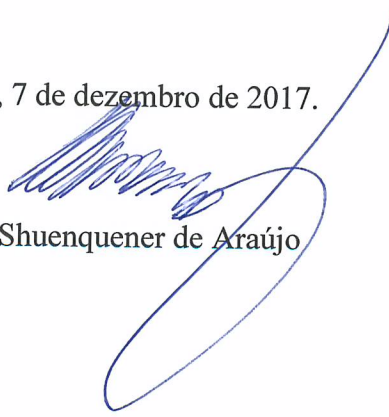
Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, que não existem parentes meus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional. Declaro, por outro lado, que minha mãe, Ana Regina Shuenquener de Araújo é Advogada concursada da Caixa Econômica Federal desde 12/09/2005, matrícula C081101-7, mas que sua atividade não está vinculada diretamente à minha como magistrado.

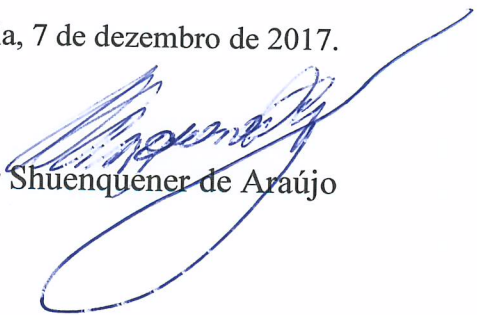
Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 2, do Regimento Interno do Senado Federal, que já participei como sócio da empresa *Soberano Curso Jurídico Ltda.* de setembro de 2008 a março de 2009, com participação de 25% do capital social. A referida empresa destinava-se à realização de cursos preparatórios na área do Direito. Declaro, ainda, que não participo como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental.

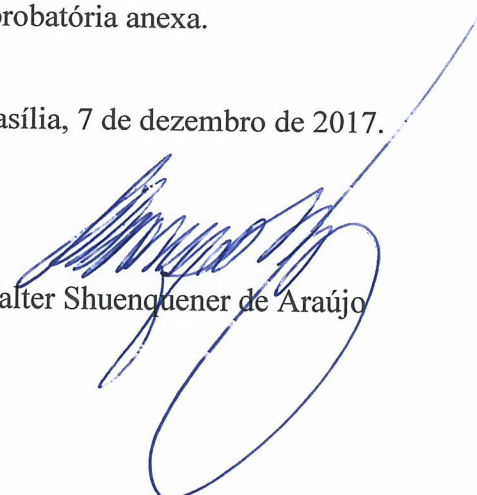
Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, b, 3, do Regimento Interno do Senado Federal, que minha situação fiscal no âmbito federal, estadual e municipal se encontra regular, conforme documentação comprobatória anexa.

Brasília, 7 de dezembro de 2017.



Valter Shuenquener de Araújo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO
CPF: 071.120.477-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 15:23:09 do dia 04/12/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/06/2018.

Código de controle da certidão: **2F9F.8248.1FFB.FEAF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

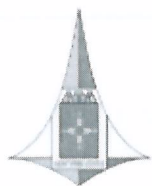


GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2017.1.0665215-5

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 071.120.477-22	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas. EMITIDA EM: 04/12/2017 15:20 VÁLIDA ATÉ : 03/01/2018 Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017	
OBSERVAÇÕES	
1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004. 2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. 3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). 4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 354-01.669.439/2017
NOME : NAO CADASTRADO
ENDEREÇO : NAO CADASTRADO
CIDADE : NAO CADASTRADO
CPF : 071.120.477-22
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o CPF acima.

CPF não cadastrado no Distrito Federal.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 04 de Março de 2018.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 354-01.669.434/2017
NOME : NAO CADASTRADO
ENDEREÇO : NAO CADASTRADO
CIDADE : NAO CADASTRADO
CPF : 071.120.477-22
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CPF acima.

CPF não cadastrado no Distrito Federal.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 04 de Março de 2018.

Brasília, 04 de Dezembro de 2017.

Certidão emitida via internet às 15:17:02 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, b, 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que **não** figuro na condição de **réu** em qualquer ação judicial.

Declaro que figuro, contudo, na condição de **Autor** nas seguintes ações:

1) VI Juizado Especial do Rio de Janeiro

Número: 0278017-68.2017.8.19.0001

Autor: Valter Shuenquener de Araújo.

Rés: TAP (TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S/A e LUFTHANSA (LUFTHANSA CARGO AG)

Objeto da ação: Ação movida com pedido de indenização por danos morais em razão de extravio de bagagens e cobrança indevida por excesso de bagagem.

Fase: Aguardando sentença a ser proferida pelo juiz leigo.

2) 5º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Número: 0129227-25.2017.4.02.5151

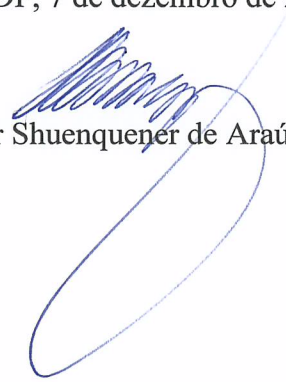
Autor: Valter Shuenquener de Araújo

Ré: Caixa Econômica Federal.

Objeto da ação: Ação movida com pedido de restituição de joias da esposa do Autor que foram empenhadas por terceira pessoa. Pedido também de condenação da CAIXA ao pagamento de danos morais.

Fase: Processo com tutela antecipada deferida e aguardando audiência a ocorrer em fevereiro de 2017.

Brasília/DF, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO**

Inscrição: **091798730361** Zona: 16 Seção: 190

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ

Data de Nascimento: 19/01/1976 Domiciliado desde: 03/01/1994

Filiação: ANA REGINA SHUENQUENER DE ARAUJO

VALTER CAMPOS DE ARAUJO

Certidão emitida às 15:31 de 04/12/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

OILG.PCGF.D2PM.XAWN



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS

Nº da Certidão 2017.00963470

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO, ou vinculado ao **CPF: 071.120.477-22**,

NADA CONSTA, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 04/12/2017 , às 15:13.

Seção de Informações Processuais



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2017.00645826

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO, ou vinculado ao **CPF: 071.120.477-22**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 04/12/2017 , às 15:11.

Secretaria de Atividades Judiciárias



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO** nem contra o **CPF: 071.120.477-22**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2017 às 16:28 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 05/12/2017, 16h28min.

Nº 4703007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO** nem contra o **CPF: 071.120.477-22**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2017 às 16:28 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 05/12/2017, 16h28min.

DECLARAÇÃO

Eu, Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o art. 130-A, IV, da Constituição Federal, **declaro**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, que atuei nos seguintes juízos e tribunais, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano de minha indicação (indicação ocorrida em 29/11/2017):

1) **Juiz Federal Titular do 6º Juizado Especial Federal da cidade do Rio de Janeiro.** Titularizado no referido juízo federal em 20/08/2012 e permanece como titular do juízo até a presente data.

2) **Juiz Instrutor do Min. Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal** de 04/03/2011 a 03/03/2013.

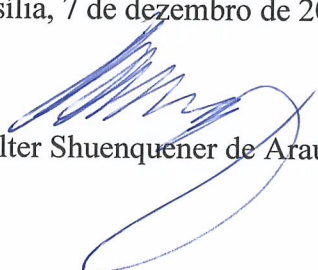
3) **Juiz Auxiliar do Min. Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal** de 03/04/2013 a 06/11/2014.

4) **Juiz Auxiliar do Min. Luiz Fux no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** de 12/11/2014 até 25/11/2015.

5) **Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)** por indicação do Supremo Tribunal Federal de 10/11/2015 até 09/11/2017.

Declaro ainda, que não participei de conselhos de administração de empresa estatal ou de cargos de direção de agência reguladora.

Brasília, 7 de dezembro de 2017.


Valter Shuenquener de Araújo